



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5951 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

UMA ABORDAGEM DAS POLÍTICAS E DO PENSAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL A PARTIR DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (1970/2015)

Berenice Corsetti - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Caroline Kirch - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Joia da Silva Vaicëulionis - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq

UMA ABORDAGEM DAS POLÍTICAS E DO PENSAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL A PARTIR DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (1970/2015)

O trabalho que apresentamos caracteriza-se por ser um recorte do projeto que vem sendo desenvolvido em nosso grupo de pesquisa, intitulado “O Pensamento Educacional e os Indicadores de Qualidade da Educação no Brasil na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1972-2017)”. Tal projeto visa compreender como a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no período indicado, veiculou o pensamento educacional relacionado à discussão de indicadores de qualidade da educação brasileira, contribuindo para a definição de políticas educacionais que pretenderam estabelecer concepções de qualidade e práticas específicas para alcançá-la.

O tema está ligado à discussão da história das políticas educacionais em nosso país, na medida em que tem como escopo a identificação e a discussão dos indicadores de qualidade da educação nacional, utilizados para definir e/ou mensurar a qualidade da educação, no período escolhido. A intenção de fundo desse estudo é investigar as raízes históricas de um tema que apresenta extrema atualidade e relevância, em termos das políticas de educação no Brasil, ou seja, a definição e a adoção de indicadores que pretendem expressar a qualidade da educação promovida por nossas escolas. Nessa perspectiva, a análise do pensamento educacional que lastreou o posicionamento dos colaboradores da revista, no período indicado, foi colocada no centro de nossos interesses investigativos.

O conjunto de pressupostos teóricos que orienta o procedimento metodológico de nosso trabalho fundamenta-se na perspectiva dialética. Conferimos ao trabalho uma dimensão estrutural, sem excluir a análise das conjunturas que foram percebidas a partir dos elementos factuais apontados pelo levantamento empírico da realidade investigada. Nessa direção, adotamos, como fundamento teórico-metodológico de nosso trabalho, a metodologia

histórico-crítica, conforme expomos a seguir.

A metodologia histórico-crítica tem por base a dialética, essa relação do movimento e das transformações, que procura compreender e explicar o processo histórico, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo. Tal metodologia busca compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo. Isso significa compreender a educação no contexto da sociedade humana, e como ela está organizada e como ela pode contribuir para a transformação da sociedade.

Tendo como referência esses pressupostos orientadores da pesquisa, utilizamos, em termos metodológicos, os procedimentos da análise documental, aproveitando as contribuições de Pimentel (2001) e de Samara e Tupy (2010), que nos ajudam a formular os procedimentos adequados ao desenvolvimento de nossa pesquisa. Assim, podemos situar que os estudos, baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. Trata-se de um processo de busca, através da qual os documentos devem ser encontrados e devem receber um tratamento que, orientado pelo problema definido, possa nos auxiliar a atingir os objetivos propostos.

Nesta pesquisa, além da utilização de fontes bibliográficas, priorizamos, como fontes as edições da RBEP, os seus exemplares publicados no período de nosso estudo.

Na perspectiva histórico-crítica que adotamos, a contextualização do período estudado se faz fundamental. Assim, passamos a explicitar os elementos mais significativos que, no contexto das mudanças políticas decorrentes da Revolução de 1930, produziram as condições para que a educação integrasse o projeto republicano. Gustavo Capanema, ministro da Educação a partir de 1936, assumiu a tarefa de criar as condições para que o desenvolvimento da pesquisa educacional pudesse contribuir, em bases científicas, com a solução dos problemas da educação nacional.

Em 1937, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que se constituiu no primeiro órgão nacional e que foi estabelecido, de forma duradoura, como fonte de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica. A partir da gestão de Lourenço Filho, o Instituto se consolidou, transformando-se, nos anos seguintes, numa referência para a questão educacional no País.

Em julho de 1944 foi lançado o primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a qual surgiu sete anos após a criação do INEP, por sugestão do ministro Gustavo Capanema ao então diretor do Instituto, Lourenço Filho. Este educador, tanto como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, percebia a importância de instrumentos editoriais para a divulgação de ideias e formação de um pensamento crítico e transformador.

Temáticas palpitantes, relevantes e polêmicas passaram a fazer parte das páginas desse importante periódico, fonte significativa para os estudos da história da educação brasileira. E, em seu lançamento, o ministro Capanema afirmou que o papel da revista não se limitava à divulgação de problemas gerais da pedagogia, mas devia lidar com os problemas pedagógicos especiais presentes na vida educacional do país. (BRITTO, 2008, p. 33-34).

Para os fins de nosso estudo, junto com os editoriais, a seção da revista intitulada “Estudos e Debates” é a que foi privilegiada, em termos de fonte de pesquisa, por veicular os artigos que expressaram as opiniões de seus autores, e que nos interessa identificar e analisar, no que concerne aos indicadores de qualidade da educação, a formulação de políticas e o desenvolvimento do pensamento educacional. Atualmente, essa seção se intitula “Estudos”.

Em 1998, foram criadas duas novas seções na RBEP, intituladas “Avaliação” e “Estatística”. A partir desse período, a Revista passou a veicular um grande número de artigos que tratam de avaliação, qualidade da educação e indicadores educacionais.

A RBEP se constituiu em importante espaço de defesa dos ideais democráticos e da escola pública vinculada a intelectuais da expressão de Anísio Teixeira, entre outros. No entanto, ela também sofreu as vicissitudes dos diferentes contextos políticos que analisamos. Também é bom lembrar que, até 1983, a revista publicava apenas artigos solicitados, o que evidencia a sua linha editorial. De qualquer forma, concordando com Kistemacher (2010), podemos afirmar que:

As concepções apregoadas pela Revista desempenharam uma liderança moral e intelectual e, ainda, exerceram uma influência sobre a política educacional brasileira. Dito de outro modo, os discursos da RBEP foram legalmente sancionados pela instituição abalizadora, o INEP. [...] Tomasse, não obstante, o cuidado de ponderar sobre os limites, o valor e a aceitação, por parte dos leitores do periódico em análise, tendo em vista a sua função de produção e disseminação de conhecimentos impressos sobre o campo da educação, por intermédio de seus artigos. (p. 87).

Percebemos, portanto, a importância de estudarmos o pensamento educacional relacionado à discussão da qualidade da educação, através dos autores que expressaram suas ideias e concepções, através dos artigos publicados pela revista. Nesse sentido, questionamos como a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no período de 1972 a 2017, veiculou o pensamento educacional relacionado à discussão de indicadores de qualidade da educação brasileira, contribuindo para a definição de políticas educacionais que pretenderam estabelecer concepções de qualidade e práticas específicas para alcançá-la.

Nesse trabalho, nosso objetivo é apresentar e discutir quais as propostas de políticas educacionais foram apresentadas na RBEP, no período de 1970 a 2015. A partir do trabalho de seleção dos artigos, nos deparamos com oito publicações que trabalham especificamente com a temática das políticas educacionais, em diferentes aspectos, tais como: o financiamento da educação, as implicações das redefinições de políticas educacionais, a importância e a necessidade das políticas educacionais para a educação de adultos, a relação entre filosofia da educação e da política educacional envolvendo valores e objetivos da educação brasileira, resultado do Saeb97 e suas implicações políticas, mapeamento de políticas de escolha de diretores e das avaliações de escolas da rede pública, as políticas educacionais na RBEP e a análise e definição de políticas públicas para a qualidade do ensino fundamental.

O recorte definido também possibilitou o estudo detalhado dos autores selecionados, no intuito de mapear suas colaborações dentro do contexto político e as linhas ideológicas presentes em seus trabalhos. Considerando o período que escolhemos, podemos caracterizá-lo historicamente, relacionando com os artigos selecionados. Em função das dimensões definidas para este trabalho, expomos essas características de forma sintética, a seguir.

O período de 1970 a 1979 foi marcado pela presença do Estado intervencionista, autoritário e internacionalista, onde podemos perceber a adoção do militarismo e da Doutrina de Segurança Nacional. Essa fase coincide com a existência da Guerra Fria e com o alinhamento brasileiro ao bloco ocidental.

No campo educacional, destacamos a adoção da Concepção Produtivista, da Pedagogia Tecnicista e a efetivação de Reformas do ensino, mais especificamente a partir da aprovação da Lei 5.692/71, que legitimou a Reforma do 1º e 2º Graus. Nesse período, localizamos o artigo intitulado “Implicação de uma redefinição da política educacional”, de Nádya Franco da Cunha, (1974) que, em seu resumo, assim se manifestou:

A implantação da reforma do ensaio preconizada pela Lei n. 5.692/71 terá que enfrentar obstáculos de ordem social, econômica e pedagógica. A reforma do ensino primário e do ensino médio no Brasil, dando ênfase à formação profissional, terá que considerar (1) problemas de aspiração profissional dos alunos e das famílias (2) a adequação da oferta de aprendizagem profissional ao mercado de trabalho e (3) a necessidade de formação complementar do professor ou da formação de professores especializados, bem como de reequipamento das escolas e do fornecimento de novos tipos de material escolar serão problemas que terão que ser enfrentados e resolvidos. (p. 291).

Podemos perceber que as condições histórico-políticas dessa fase da história brasileira acarretaram a produção de políticas e concepções educacionais que foram refletidas nos artigos veiculados pela Revista. O texto de Nádia Franco da Cunha é um exemplo disso.

Nos anos de 1980 a 1991, no cenário histórico, salientamos as seguintes características: a partir da luta da sociedade brasileira, desenvolveu-se o processo de redemocratização no país, com o fim da ditadura militar e a transição política. No plano educacional, podemos perceber que as pedagogias críticas buscam orientar a prática educativa, com a circulação de ideias pedagógicas e pedagogias contra-hegemônicas, ou seja, a educação popular, a pedagogia da prática, a pedagogia crítico-social dos conteúdos, a pedagogia histórico-crítica. Foi importante, nesse tempo, a mobilização de entidades de professores, escolas e universidades.

O artigo que selecionamos para expressar esse período é o texto de Sônia Martins de Almeida Nogueira (1991), que enfocou “Valores e Objetivos da Educação Brasileira: a Questão da Relação entre Filosofia da Educação e Política Educacional, a partir de 1930.” A autora pretendeu, em seu texto:

[...] explorar duas questões que se levantam a partir da análise da relação escola-sociedade-cultura. Essas questões se referem ao papel da filosofia da educação e à intervenção do Estado na educação, via do ensino. Assim, é desenvolvida uma breve reflexão sobre a filosofia da educação, considerada uma íntima relação entre educação e axiologia, e são analisadas as exposições de motivos e os relatórios de grupos de trabalho, elaborados para a apresentação e justificativa dos documentos das reformas de ensino de 1931, 1942, 1964, 1968 e 1971, buscando-se elementos que favoreçam a identificação de valores subjacentes, possíveis reveladores de uma efetiva intenção política de ruptura do sistema de ensino com os objetivos e valores da filosofia educacional. (p. 145).

Como é possível observar, mais uma vez temos a veiculação de um artigo que reflete elementos das políticas educacionais do período com a contribuição de elementos problematizadores oferecidos pelo pensamento educacional mais ligado à Filosofia da Educação.

Entre 1992 e 2001, verificamos a redefinição do papel do Estado, com a reorganização das escolas, com a adoção da concepção da chamada “qualidade total”. Nessa etapa, é perceptível o papel dos organismos internacionais, estabelecimento de diretrizes para os países emergentes, sobretudo no campo da definição e implantação das políticas educacionais.

Em termos educacionais, salientamos a presença de um pensamento educacional vinculado a concepções como o neoprodutivismo, o neotecnicismo, o neoconstrutivismo a pedagogia das competências e a pedagogia da exclusão. Ainda é forte a presença do pensamento neoliberal que também influenciou a construção e implementação de políticas educacionais no Brasil.

Compõe, ainda, o cenário histórico do período a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Outro aspecto a destacar é a flexibilização, a descentralização e a criação do sistema nacional de avaliação.

O artigo selecionado nesse período foi o intitulado “Resultado do Saeb97/Química e a reforma do ensino médio: um exercício de aproximação para a política educacional, o planejamento do ensino e a gestão da prática docente voltados para a Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)”, de autoria de Alvaro Chrispino (1999). Nele o autor buscou:

[...] uma conexão entre os resultados do Saeb 97, na disciplina de Química, e os cenários futuros desejados pela Reforma do Ensino Médio na visão de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Esse caminho, entre a realidade do ensino de Química e o que se deseja para o futuro, solicita um conjunto de propostas de políticas públicas para os diversos atores educacionais envolvidos no processo, que devem estar coerentemente ligados ao presente e ao cenário normativo desenhado pela reforma do ensino médio, sob o risco de transformar-se em mais uma reforma de ensino, inócua para a sociedade e sem resultados positivos para a qualidade do ensino. Ao final, espera-se propor uma sequência de decisões capazes de permitir a efetividade da reforma do ensino médio, tendo como exemplo a disciplina de Química. (p. 114).

A presença do gerencialismo no campo educacional, no que tange à formulação de políticas educacionais, é possível de ser percebido sobretudo no que se refere às reformas da educação nessa etapa da história brasileira, com uma problematização importante realizada pelo autor.

Nos anos de 2002 a 2015, podemos sintetizar o contexto a partir das seguintes características:

- Ampliação da influência neoliberal, em contradição aos governos Lula e Dilma;
- Política Educacional com centralidade das políticas de avaliação e utilização das estatísticas educacionais;
- Formulação de programas sociais de ampliação do acesso e permanência nos espaços escolares e universitários.

O artigo “A RBEP e as políticas educacionais”, de Silke Weber (2012), destacou as tônicas e questões abordadas nas duas últimas décadas nos textos sobre políticas educacionais publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

A análise de conteúdo procedida indica a predominância de cinco temas: considerações teóricas sobre políticas educacionais, com relevo ao debate sobre a qualidade e a importância do contexto histórico; apresentação de visões prospectivas como proposta ou como indicação de instrumentos metodológicos; discussão da relação entre Estado e educação com base em produção acadêmica recente; análise e interpretação de estatísticas educacionais, predominando a demonstração de equívocos na interpretação de resultados de políticas implementadas; e análise crítica de políticas educacionais específicas sob óticas diversas. De modo geral, os textos, marcados pela tônica do debate da área de conhecimento dos autores, têm como foco a importância da educação formal na construção da democracia no Brasil. (p. 323).

O texto de Silke Weber, da mesma maneira que os indicados anteriormente, nos oferece elementos de como a RBEP veiculou temáticas relacionadas às políticas educacionais e relacionadas às concepções de educação que são características do momento histórico estudado. A partir da observação dos artigos selecionados para este trabalho, percebe-se como a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos vem, ao longo de sua existência, evidenciando como se deu a construção das políticas e do pensamento educacional vigentes

no período. Além disso, percebemos com nitidez algumas características influentes dos contextos nos artigos selecionados.

PALAVRAS-CHAVE: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Política Educacional. Pensamento Educacional. Indicadores de Qualidade da Educação.

REFERÊNCIAS

- BRITTO, Jader de Medeiros. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): espelho da ação do Inep. In: MORAES, Jair Santa, (Org.). **O Inep na Visão de Seus Pesquisadores**. Brasília-DF: Inep, 2008.
- CHRISPINO, Alvaro. Resultado do Saeb97/Química e a reforma do ensino médio: um exercício de aproximação para a política educacional, o planejamento do ensino e a gestão da prática docente voltados para a ciência, tecnologia e Sociedade (CTS). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, vol. 80, n. 194, jan./abr. p. 114-147, 1999.
- CUNHA, Nádya Franco da. Implicação de uma redefinição da política educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, . vol. 60, n. 135, jul./set., p. 291-304, 1974.
- NOGUEIRA, Sônia Martins de Almeida. Valores e Objetivos da Educação Brasileira: a Questão da Relação entre Filosofia da Educação e Política Educacional, a partir de 1930. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, vol. 72, n. 171, maio/ago., p. 145-174, 1991.
- KISTEMACHER, Dilmar. **Avaliação e qualidade da educação na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/Inep (1944-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- PIMENTEL, ALESSANDRA. O Método de Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, nº 114, nov., p. 179-195, 2001.
- SAMARA, E. de M. e TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- WEBER, Silke. A RBEP e as políticas educacionais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, vol. 93, nº 234, [número especial], maio/ago., p. 323-352, 2012.